

## **Avaliação de política de educação superior: revisão narrativa**

Jorge Alberto Fernandes de Medeiros<sup>1</sup>, Maritza Waleska Arruda<sup>2</sup>

1- Universidade Federal do Rio Grande do Norte – [jorgecontabil@gmail.com](mailto:jorgecontabil@gmail.com)

2- Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte - [maritzaarruda@hotmail.com](mailto:maritzaarruda@hotmail.com)

**Resumo:** A avaliação de política pública se torna um desafio na dimensão conceitual e prática principalmente ao buscar romper com o paradigma positivista dos resultados e indicadores que têm finalidade em si mesmos. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo realizar uma revisão narrativa na busca de identificar os conceitos, percepções e métodos sobre avaliação de políticas públicas de educação superior no campo da Sociologia. Para obtenção dos objetos de análise foram usados os descritores: avaliação, política, educação, superior, pesquisados na base de dados da plataforma de periódicos científicos brasileiros Scielo. Inicialmente, com a inserção dos descritores e sem a utilização de critérios seletivos foram encontrados 125 artigos. Com aplicação de seleção específica seis trabalhos foram elegíveis os quais após passarem por critérios de exclusão resultaram em cinco produções científicas analisadas das quais se apresentam em três categorias: fundamentação conceitual de avaliação, metodologia de avaliação da educação e resultados e perspectiva da política educacional. Identificou-se a escassez de trabalhos no campo da Sociologia que discutem sobre avaliação da política na educação superior, a dificuldade de ruptura dos modelos e ideais positivistas no método de avaliação das políticas educacionais e o reconhecimento da necessidade de inserir contextos históricos, sociais, econômicos e políticos nos modelos de avaliação para o processo avaliativo ir além do que está escrito e compreender a política além da aparência.

**Palavras Chaves:** Avaliação, Política Educacional, Ensino Superior, Narrativa.

### **INTRODUÇÃO**

Após aplicação e difusão da prática norte americana de avaliação, o processo referente a atribuir valores, e de forma atrelada a imbuir julgamentos, tornou-se prática comum com a promulgação de diversas metodologias que procuram cumprir o papel valorativo. A inquietação parte das motivações, interesses, formas, condições as quais essas avaliações são elaboradas e o que consideram relevante para seus objetivos. Ao impetrar a dimensão de avaliação no espaço público por meio de valorar as ações, planos, medidas e resultados alcançados, percebe-se uma evolução no sentido de buscar compreensões das práticas e intenções estabelecidas, mas ao mesmo tempo o risco em estar avaliando apenas a consequência, desprezando os contextos históricos, políticos, econômicos, sociais, ideológicos e humanos que certamente influenciam as decisões, os processos e os resultados. Especificamente, numa política pública avaliar se torna condição relevante para entender as necessidades que provocaram a formulação da política, o processo político para ingressar a demanda na agenda governamental, a motivação e percepção da formulação de alternativas, a

implementação e os resultados atingidos. Percebe-se que avaliar uma política pública tem aspectos específicos que não podem ser menosprezados atribuindo exclusivamente valor interpretativo a um número final. Essa questão é relevante, pois as avaliações de políticas públicas podem absorver a predominância do ideal positivista o qual delimita toda a realidade ou fenômeno a um número ou meramente a um julgamento sem encontrar razões para contextualizar as condições que conduziram ao cenário avaliado. Também a visão positivista despreza muitos questionamentos acerca da formulação das intenções de avaliação e os pressupostos inseridos nesse processo os quais podem conduzir a resultados diferentes da realidade apresentada. Quando se trata de apresentação de indicadores deve-se imediatamente saber o que esse indicador está avaliando, como foi elaborado, qual o objetivo e qual a importância que tem para o processo de avaliação de determinado objeto, uma vez que a mudança na construção de um indicador pode melhorar ou piorar os resultados sem afetar a realidade. Percebe-se o risco em avaliar ações considerando apenas o resultado apresentado sem contextualizar o indicador, a ação implementada e, principalmente, o objetivo avaliado.

Ora, se as ações e medidas estatais as quais muitas vezes são reveladas por meio de políticas públicas, a dimensão da avaliação se faz necessária. É possível compreender ideologias, políticas, formas de gerir e interesses avaliando uma política pública? A resposta dependerá da forma de avaliação, qual o sentido dela e como será realizada, pois a avaliação pode ser tendenciosa. Na ciência essa parcialidade reduz demasiadamente, pois a ideia não passa por favorecer interessados, mas descobrir os resultados e os efeitos provocados considerando as variáveis que influenciam todos os momentos da política pública.

Não obstante na política educacional, a avaliação tem se tornado fundamental e utilizada para decisões e formulações de novas políticas ou reorganização de diretrizes ou metas. Normalmente, são planos a longo prazo, algo em torno de dez anos, nos quais será possível perceber os efeitos das ações implementadas e fazer correções necessárias para melhorar o alcance dos resultados planejados. As políticas educacionais devem, antes, durante e depois da sua formulação, serem debatidas, avaliadas, rediscutidas, reorganizadas, replanejadas e, principalmente, conduzir a novas decisões que reflitam mudanças significativas na sociedade.

Nesse sentido, este trabalho, utilizando como objeto de análise outras produções acadêmicas científicas, busca avaliar quais as compreensões de avaliação de política pública de educação superior, identificar as metodologias de avaliação utilizadas nessa etapa da educação e discutir as perspectivas apresentadas no campo científico pelas obras selecionadas.

Assim, este trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A primeira refere-se à educação superior como política pública, a segunda contempla o método usado para coleta e seleção dos objetos da pesquisa, a terceira refere-se à análise e discussão dos dados e a quarta as conclusões formuladas.

### Educação superior como política pública

A educação superior no Brasil, apesar de políticas e ações empreendidas para melhorar o desempenho, não alcançou o necessário para a realidade temporal de 1997 a 2011. De acordo com o Ministério da Educação (2013) o ensino superior apresentou, apesar de avanços em relação ao cenário anterior, a necessidade de empreender mais e melhores atitudes por identificar resultados divergentes do planejado e desigualdade educacional entre as regiões do país. Esse cenário motivou a busca para aprovar medidas com o objetivo de impulsionar a mudança dessa realidade.

O problema social surge de uma conjuntura inerente à continuidade da formação do cidadão que é interrompida já na educação básica impactando na educação superior. Para tanto, os desafios de implementar política pública comportam todos os esforços envolvidos para alcançar resultados previamente estabelecidos, como forma de solucionar ou dirimir o problema social identificado.

A realidade educacional no Brasil carrega transformações a partir da reforma administrativa do Estado evidenciada em 1995, e influenciada pela contextualização da abertura comercial e econômica, fatores preponderantes da globalização.

Essas mudanças foram enfatizadas pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996, a qual passou a nortear as políticas, planos e ações para alcançar fins específicos, com resultados gerenciais a partir de avaliações de desempenho.

A nova forma de organização da educação apresenta caráter de apropriação das práticas privadas, vislumbrando os resultados como fim em si mesmos em detrimento à compreensão dos processos e à natureza das intenções.

Assim, o risco em alinhar a educação apenas aos indicadores pode tornar resumida a participação das políticas educacionais e simplificá-las, conforme aduz Souza (2009):

No âmbito do grande processo de mudança das relações entre o Estado e a sociedade e da reforma da administração pública, a avaliação vem assumindo a condição de instrumento estratégico, quase sempre fundamentado nos famosos “três Es”:

*eficiência, eficácia e efetividade.* Considerando que, para ser completa a avaliação precisa ser realizada de forma interna e externa, é preciso saber se, o que vale para as instituições governamentais vale também para a sociedade avaliadora. (SOUZA, 2009, P.18)

A metodologia de avaliação que não se limita a identificar apenas eficiência, eficácia e efetividade, melhora a compreensão dos efeitos da política por considerar contextos subjetivos que afetam diretamente a forma de implementação e os resultados alcançados.

É concebível o valor que a educação superior tem para a formação que se dá aos sujeitos no ingresso às universidades públicas ou particulares e em faculdades com cursos de graduação e pós-graduação, com atenção para a continuidade do desenvolvimento intelectual, humano, técnico, social, político dos sujeitos.

Ao reconhecer essa importante etapa na vida humana, Barbalho (2007) afirma que:

A universidade constitui-se em um espaço de construção e de acesso ao conhecimento avançado, implicando, pois, em um instrumento para a promoção da cultura, da produção de novos conhecimentos e de atualização permanente”. (BARBALHO, 2007, p.01)

O ambiente da educação superior deve proporcionar e estimular a capacidade, para além de compreender, construir conhecimento diante das formas de aprendizagem, dos processos, das provocações e da autonomia, inerentes a essa etapa do saber.

A influência da educação superior rompe a dimensão individual, provoca efeitos significativos na sociedade e consiste na promoção de mudanças econômicas, políticas e sociais.

Nessa dimensão Barbalho (2007) apresenta:

A educação superior, no contexto globalizado, exercendo a função de produtora e propagadora de conhecimentos, é fundamental para o desenvolvimento nacional nos países desenvolvidos como também nos países em desenvolvimento. (BARBALHO, 2007, p.07)

O paradigma do desenvolvimento está atrelado à capacidade do país em aperfeiçoar o acesso à educação superior, a qualidade do ensino, a formação dos profissionais do ensino superior e as transformações por ela ensejadas.

A normatização que estabelece as diretrizes da educação superior define que esse nível de educação deve estimular a criação cultural, o pensamento reflexivo e a produção e difusão do conhecimento científico. Também diz respeito formar nas diferentes áreas do

conhecimento, habilitar para o campo profissional e participar no desenvolvimento da sociedade estimulando a continuidade da formação. (LDB 9.394/96, art. 43)

Apesar de virtuosa na sua essência, a educação superior se insere num contexto de enormes desafios pela própria responsabilidade que carrega. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2012) em seu documento “Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década 2011 – 2020” afirma que:

Nos anos recentes, países de todo o mundo vêm debatendo a possibilidade de promover alterações em seus sistemas de educação superior (ES) e de pesquisa, no sentido de estimular e desenvolver novas formas de aprendizagem e de produção, gestão e aplicação do conhecimento. Nesse contexto, têm sido colocados em xeque a contribuição e o papel dos sistemas e das instituições de educação superior (IES) na transmissão, produção e disseminação de conhecimento com compromisso e responsabilidade social, e com atenção aos desafios globais e à construção de sociedades mais justas e igualitárias. Essa discussão tem revelado a necessidade de mudanças, no sentido de construir sistemas e instituições de ES que promovam a equidade e o desenvolvimento dos mecanismos de inclusão social, ao mesmo tempo mantendo a qualidade da formação. (UNESCO, 2012, p.07)

Diante da relevância, dos desafios e das perspectivas, o ensino superior deve harmonizar a relação entre o homem e o conhecimento rompendo com a alienação das imposições dos sistemas e fomentando a liberdade democrática em função do bem comum, do respeito e do desenvolvimento social.

## METODOLOGIA

O método utilizado neste artigo trata de uma revisão narrativa das publicações da base de dados da Scielo sobre avaliação de política de educação superior do campo científico da Sociologia considerando os últimos dez anos. Essa prática metodológica permite uma discussão e descrição teórica reflexiva de pesquisas já elaboradas e publicadas com foco na educação superior, permitindo dialogar com percepções de outros autores com objetos diferentes contemplando as propostas conceitual, metodológica e perspectiva sobre avaliação da educação nessa etapa da formação do cidadão.

Inicialmente, utilizando a base de dados da plataforma Scielo, uma biblioteca eletrônica para publicação de produções acadêmicas e científicas, foram lançadas na busca os descritores: "avaliação" + "política" + "educação" + "superior" que resultou em 125 artigos

que contêm as referidas palavras, porém ainda sem utilizar qualquer tipo de filtro para seleção da busca.

Essa forma de procurar, com a utilização das aspas, especifica o termo a ser buscado e o sinal mais (+) melhora a busca para agregar um termo ao outro resultando em documentos que contenham todas as palavras pesquisadas.

Posteriormente, inicia a utilização de filtros para abranger de forma mais específica os objetos de estudos pretendidos neste artigo. Para tanto iniciou com a seleção de trabalhos elaborados no Brasil o que implicou na exclusão de dez artigos restando nesse caso 115 trabalhos.

Por conseguinte, foi selecionada a Sociologia como área temática a qual é o campo científico pesquisado neste trabalho exatamente por objetivo de identificar os conceitos, percepções e métodos de avaliação de políticas da educação superior para a área científica. Essa filtragem resultou em dez artigos apresentando nove trabalhos na revista “Educação & Sociedade” e uma publicação na “Revista de saúde pública”.

Por último utilizou-se da restrição temporal contemplado os últimos dez anos, 2009 a 2018, por ser um lapso temporal significativo no que compete à produção científica. Assim, a busca resultou em seis publicações, a saber: uma em 2009; uma em 2010; duas em 2011; uma em 2015 e uma em 2017.

Por fim, utilizando do critério de exclusão o trabalho “Qualidade de vida no trabalho e adoecimento no cotidiano de docentes do Ensino Superior” foi retirado por não atender o objetivo desta pesquisa que são avaliações políticas, de implementação ou processos, de impactos e as formas de avaliação da política de educação superior.

Apesar da buscar atentar para os últimos dez anos de publicações, nota-se que nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2018 (considerando este último até o mês de julho quando da pesquisa realizada) não existe registro na base de dados da plataforma Scielo de publicação com todos os descritores, respectivamente, “avaliação”, “política”, “educação” e “superior” considerando a área temática da Sociologia.

Não obstante, os trabalhos registrados na Scielo que atenderam as condições de busca e critério de exclusão estão organizados no quadro seguinte de forma a apresentar a seleção de acordo com o título do artigo, o autor, o ano da publicação e a revista científica que promoveu a divulgação para a comunidade científica e demais interessados. Essas informações estão organizadas pelo parâmetro do ano da publicação do artigo nesse sentido do mais antigo para o mais recente.

## QUADRO 01: ARTIGOS PUBLICADOS COM CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

TÍTULO	AUTOR	ANO	REVISTA
<b>Resultados e vicissitudes da avaliação da educação superior: mecanismos implementados em Mato Grosso do Sul (1995 a 2002).</b>	Souza, Sandra Zákia Lian de; Real, Giselle Martins.	2009	Educação & Sociedade
<b>Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política.</b>	Dourado, Luiz Fernandes.	2010	Educação & Sociedade
<b>Desafios da pós-graduação em saúde humana no Brasil.</b>	Guimarães, Reinaldo.	2011	Revista de Saúde Pública
<b>Avaliação da educação superior no segundo governo Lula: "provão II" ou a reedição de velhas práticas?</b>	Rothen, José Carlos; Barreyro, Gladys Beatriz.	2011	Educação & Sociedade
<b>Estatística educacional e política pública: a propósito dos modelos de valor acrescentado.</b>	Ferrão, Maria Eugénia.	2017	Educação & Sociedade

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA (2018)

Percebe-se que dos cinco trabalhos elencados apenas um não foi divulgado por meio da Revista Educação & Sociedade, porém com caráter relevante de avaliação de política de educação. O referido trabalho, por ter como objeto de análise um campo específico da educação superior, que é a pós-graduação em saúde humana no Brasil, obteve aceitação no periódico "Revista de Saúde Pública". Ressalta-se que esse artigo está na área temática da Sociologia na base de dados da plataforma pesquisada.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão está organizada em três categorias que são: fundamentação conceitual, metodologia de avaliação e resultados e perspectivas.

A base conceitual de avaliação de políticas públicas contempla, em alguns trabalhos, a dimensão quantitativa, porém em todos é possível perceber crítica a formas de avaliação que se limitam ao aspecto numérico e sugerem que os contextos sociais, educacionais, históricos sejam considerados para melhor avaliar a educação superior.

Apesar de ser um processo que está evoluindo no mundo e no Brasil, avaliar a educação de forma emancipatória ainda é prática escassa, pois muitos dos procedimentos avaliativos servem para atender aos objetivos governamentais ou dos pesquisadores. Esse é um risco reducionista, pode não revelar a realidade e conduzir a tomada de decisões equivocadas que comprometem a situação da educação superior.

Os artigos apresentados nesta pesquisa concordam que os sistemas de avaliação devem passar por mudanças capazes de identificar relações multidisciplinares que possam refletir a

relação de aspectos e dimensões que envolvem a educação superior. Atestam a carência de pesquisadores para avaliar as políticas públicas dos governos de forma isenta procurando compreender efeitos gerados pelas políticas no governo, nas instituições e na sociedade.

Revelam que existe complexidade na relação Estado, política e educação, pois perpassam relações sociais mais amplas que as existentes na aparência. Como ressalta Gramsci (2002) que o núcleo duro da política está além do escrito, ou seja, do que é apresentado devido a intenções que não estão aparentes. Os artigos consideram que a política é resultante da ação de vários atores institucionais. Essa realidade de diversos atores geram diferentes interesses que podem objetivar aspectos distintos da necessidade ou da motivação que fez o problema entrar na agenda governamental.

Assim, a lógica da avaliação se faz pertinente e deve existir frequência no processo avaliativo considerando o contexto histórico e as dimensões regionais, institucionais, políticas, econômicas, jurídicas e sociais que afetam a formulação da política, bem como seus efeitos e alcance.

Como avaliar políticas públicas considerando contextos e dimensões que fogem a uma relação métrica e que têm aparência subjetiva? Nesse sentido os documentos ressaltam crítica a modelos que estão atrelados a medidas de desempenho e ranqueamento os quais pretendem demonstrar apenas a eficiência e competitividade entre as instituições. Entretanto, não formulam um modelo que consiga abarcar todas as dimensões e contextos principalmente os sociais. Apenas o artigo que trata da utilização da estatística com base no “valor acrescentado” ou “valor agregado” procura enfatizar a busca por formas diferentes da avaliação relacionando a chamada estatística educacional e política pública na educação superior com base na interdisciplinaridade.

Nesse sentido, percebe-se que a discussão destaca a necessidade de melhorar o processo de avaliação e conduzir a inclusão de novas variáveis – dimensões e contextos – para responder sobre a qualidade das políticas implementadas na educação superior e seus impactos na sociedade.

Na metodologia os procedimentos utilizados na avaliação da política de educação superior têm base na comparação histórica com o emprego de dados do Ministério da Educação no que se refere à expansão dos cursos e matrículas, regime de trabalho docente e relação de alunos matriculados por professor. Também utilizou na formação histórica o comparativo entre métodos de avaliação no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o que foi aplicado no governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. A comparação histórica enriquece pela existência de parâmetros capazes de apresentar



mudanças, avanços ou continuidades e por procurar considerar além dos efeitos objetivos a dimensão subjetiva em relação ao tempo e as condições inerentes ao período o que influencia diretamente nos indicadores sociais e no momento da implementação da política pública.

A relação entre o que foi proposto pelo Plano Nacional de Educação para o período 2001 – 2009 e o que foi efetivado pela política foi outro procedimento metodológico utilizado para avaliação, uma vez que procurou considerar fatores subjetivos como dimensão histórica, cultural, jurídica, política e econômica por entender ser aspectos inerentes à política educacional.

Essa forma de avaliar permite identificar o proposto e o realizado e, ainda, não se limitar a uma avaliação de processo, pois considera critérios de uma avaliação política. A avaliação por sua vez, quando realizada após a implementação da política, pode-se verificar os efeitos por meio de uma avaliação de impacto.

Além dos procedimentos avaliativos já citados, outro artigo selecionado parte dos dados de financiamento à pesquisa em instituições externas a área educacional, porém que têm interesse em produção de conhecimento científico para aplicação principalmente em negócios e desenvolvimento tecnológico.

Nesse sentido o trabalho publicado argumenta com dados da CAPES e do CNPq o parâmetro comparativo de egressos de doutorandos no Brasil e Estados Unidos e os diretórios de pesquisa no Brasil. Ademais, baseia-se em dados sobre gastos com P&D em saúde no Brasil, gastos com pesquisa por área do governo e por segmentação de mercado.

Essa prática avaliativa foi utilizada com objetivo de identificar o processo de mercadorização da produção científica na área da saúde e identificou que existe fuga da produção científica do ambiente acadêmico para o ambiente empresarial devido ao investimento utilizado pelo capital privado na formação de conhecimento e na apropriação das demandas acadêmicas.

Por fim, a pesquisa mais recente registrada na base faz uma revisão literária sobre avaliação com utilização do modelo de Valor Acrescentado enfatizando o uso reduzido de indicadores que contemplam dimensões além das objetivas destinados a políticas educacionais. Reconhece a carência de contemplação de outras dimensões como a histórica, conjuntural, política, regional, social, jurídica, econômica nos modelos ou métodos de avaliação das políticas educacionais consequentemente da educação superior, pois o destaque é dado como base para avaliação a indicadores quantitativos que são interpretados inferindo a realidade educacional.

Considerando a categoria resultados e perspectivas, a apropriação dos efeitos das avaliações de políticas educacionais são fundamentais para a compreensão da política, da implementação e dos impactos gerados.

Os trabalhos selecionados apresentaram que no período de 1995 a 2002 no Mato Grosso do Sul o procedimento de avaliação induziu as instituições a atender os critérios impostos pelo governo federal para obterem credenciamento restringindo a implementação da política às imposições legais. Isso é um problema que a imposição normativa e gerencial produz ao impor critérios e condições mínimas para continuidade das atividades das instituições impactando em cumprimento apenas do necessário e minimizando os efeitos da política educacional. Comprovou-se o aumento de destinação de recursos para instituições privadas e redução da quantidade de saídas financeiras para o ensino superior público.

Foi evidenciado o descompasso entre o proposto no PNE de 2001 a 2009 e o que foi realizado. Essa divergência é caracterizada pelas prioridades elencadas para implementação da política as quais não atenderam a superação da descentralização/centralização. Sugere-se como perspectiva o refino do processo avaliativo para apresentar além do que está escrito nos planos para considerar análises globais de forma social e econômica.

É reconhecida a evolução de atores extra-acadêmicos na formação de pessoas para o mercado da pesquisa que implica na readequação da metodologia de avaliação da CAPES para agregar novos indicadores de produtividade científica, bem como elevar o quantitativo das produções impostas pela própria instituição atendendo às demandas de mercado caracterizadas pelos formatos específicos e adaptados ao tempo e espaço empresarial predominante na ideologia imposta para gestão e produção da educação.

Esse procedimento é reconhecido quando percebe-se a criação de ranques e competição entre instituições a partir dos resultados de avaliação da educação superior e aplicação da visão economicista de criação de índices para estimular a mercantilização dos resultados com o objetivo de fomentar a concorrência nas instituições de ensino superior.

Por fim, percebe-se a escassez na produção científica que procura utilizar modelos de avaliação com valores agregados principalmente na educação superior em virtude de considerar apenas critérios da aparência como taxa de matrículas, relação quantitativa aluno/docente, quantidade de títulos e outros indicadores que não representam a realidade social, política, econômica, humana, histórica e legal.

## CONCLUSÕES

O processo de avaliação de políticas públicas é recente no mundo e, ainda, mais recente no Brasil. Tem características de anteder aos interesses dos avaliadores ou de quem os contratam para compreender, segundo critérios definidos, o objeto avaliado. A aparência da realidade é compreendida e interpretada segundo avaliação dos dados abertos obtidos por meio de indicadores que têm requisitos determinados em sua composição.

Não destaca aqui menosprezo pelos indicadores existentes, mas a incapacidade de revelar a essência da política em todos os aspectos considerando as dimensões subjetiva que influenciam diretamente as políticas públicas, no caso as educacionais.

Elas devem ser elaboradas com o objetivo de melhorar a qualidade da educação, a inclusão nessa etapa da formação do sujeito, a formação de criticidade e a análise e produção do conhecimento para mudança significativa da sociedade.

Nesse sentido entender como os processos de avaliação da política de educação superior são aplicados se torna relevante para a compreensão e reorganização das políticas implementadas e para a formulação de novas políticas com objetivos mais efetivos.

Porém, este estudo revelou que no campo da Sociologia, a produção acadêmica científica em relação à avaliação da política de educação superior no Brasil ainda é ínfima, o que torna preocupante o impacto das políticas de educação superior na sociedade.

Com aplicação dos descritores foram encontrados 125 artigos e ao filtrar a produção de conhecimento no Brasil no período de dez anos no campo da sociologia, apenas seis trabalhos foram encontrados na base. Com a aplicação do critério da exclusão apenas cinco artigos contemplaram o que remete à inexistência de investigação periódica sobre o tema pela área da Sociologia com ausência de seis anos sem registro na base desse conhecimento.

Os artigos que tratam da avaliação da política de educação superior comungam que avaliar é necessário e fundamental de forma metodológica e que seja capaz de fornecer interpretação da realidade e não da aparência dos fenômenos. Compreendem que as metodologias de avaliação empregadas no ensino superior estão mais preocupadas em atender a interesses do governo ou de outros atores.

Assim, os estudos revelam que a forma de avaliar está voltada para o processo de mercantilização da educação superior acompanhando os interesses políticos aplicados aos processos gerenciais do ensino superior ao fomentar a competitividade, ranquear as instituições, restringir o processo avaliativo ao que está escrito nos planos e valorização da visão economicista dos indicadores e a reprodução dos modelos de avaliação com poucos

incrementos, porém sem alteração significativa no uso dos critérios e interpretação dos resultados.

Portanto esse procedimento de avaliação com resultados aparentes pode promover a inversão de aplicação dos recursos educacionais ampliados à iniciativa privada e reduzido às instituições públicas, formação e customização de cursos para atender interesses do mercado.

## REFERÊNCIAS

BARBALHO, Maria Goretti Cabral. **A internacionalização da educação superior: o papel das universidades.** 2007. Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/295.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/295.pdf)> acesso em: 31 ago. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 29 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Educação brasileira: indicadores e desafios: documento de consulta** / Organizado pelo Fórum Nacional de Educação. – Brasília: Ministério da Educação, 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política.** Educação & Sociedade, Set 2010, Volume 31 Nº 112 Páginas 677 - 705

FERRÃO, Maria Eugénia. **Estatística educacional e política pública: a propósito dos modelos de valor acrescentado.** Educação & Sociedade, Nov 2017, Volume 39 Nº 142 Páginas 19 – 38.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2002.

GUIMARÃES, Reinaldo. **Desafios da pós-graduação em saúde humana no Brasil.** Revista de Saúde Pública, Fev 2011, Volume 45 Nº 1 Páginas 1 - 13

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz. **Avaliação da educação superior no segundo governo Lula: "provão II" ou a reedição de velhas práticas?** Educação & Sociedade, Mar 2011, Volume 32 Nº 114 Páginas 21 – 38.

SOUZA, Lanara Guimaraes. Avaliação de políticas educacionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública. (In) LORDÊLO, JAC., and DAZZANI, MV., orgs. Avaliação educacional: desatando e reatando nós. Salvador: EDUFBA, 2009. 349 p.

SOUZA, Sandra Zákia Lian de; REAL, Giselle Martins. **Resultados e vicissitudes da avaliação da educação superior: mecanismos implementados em Mato Grosso do Sul (1995 a 2002).** Educação & Sociedade, Ago 2009, Volume 30 Nº 107 Páginas 469 - 488

UNESCO / Brasil. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década** / organizado por Paulo Speller, Fabiane Robl e Stela Maria Meneghel. – Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012. 164 p.